SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2013.



Roberson da Rocha Buscioli
Professor Assistente - UNESP – Univ. Estadual Paulista
Curso de Turismo, Câmpus de Rosana
roberson.buscioli@unesp.br

Marcelo Lopes de Souza é Professor Titular na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), vinculado ao Instituto de Geociências, Bacharel e Mestre em Geografia pela UFRJ, Doutor em Geografia pela Universität Tübingen, na Alemanha.

Nesta obra, o autor apresenta uma proposta teórico-metodológica para a pesquisa sócio-espacial. Aqui, ressalta-se que o termo apresentado com o "hífen" se refere não apenas ao espaço produzido pela sociedade, mas sim, a todas as relações e interações que se estabelecem a partir de um determinado processo, seja ele produtivo, de lazer, enfim, desde que delimitado por uma espacialidade.

Para tanto, o autor preocupa-se em abordar sobre a construção de um apanhado de conceitos, tais como, espaço geográfico, espaço social, entre outros, como também, sobre um conjunto de conceitos derivados, ou seja, daqueles que emergem da necessidade de qualificar a análise do "espaço", sem a dicotomia entre espaço social e espaço geográfico, primeira natureza e segunda natureza. A obra está apresentada em onze capítulos que ao longo de todo o texto buscam apresentar a construção e os usos dos conceitos na pesquisa sócio-espacial.

Neste caso, ressalta-se a necessidade apresentada pelo autor de reconhecimento da Geografia enquanto ciência constituída epistemologicamente bipolarizada, com um polo de tradição do conhecimento sobre a natureza e outro da sociedade. A proposta do autor seria a de que na pesquisa sócio-espacial a valorização do espaço social não imporia o esquecimento do espaço geográfico, trata-se de duas camadas ou níveis de conceitos, sendo o espaço geográfico mais amplo enquanto espaço social um qualificador.

Desse modo, a organização do espaço só poderia ser compreendida quando levado em consideração o conjunto de objetos criado pela humanidade sem desconsiderar as formas espaciais não criadas, como rios, montanhas, florestas entre outras. Destas relações, a produção e (re)produção do espaço são a dimensão material desse processo.

Assim, o autor apresenta um conjunto de conceitos e suas possibilidades de uso enquanto ferramenta nos estudos sócio-espacial, considerando inclusive os elementos ideológicos de suas concepções, portanto não se trata de uma definição desses conceitos, mas de um tratamento dos mesmos enquanto possibilidades metodológicas.

Segue-se uma sistematização da proposta metodológica apresentada pelo autor a partir dos conceitos elegidos pelo mesmo a serem discutidos nessa obra.

O uso do conceito de "Paisagem", para análise de um determinado espaço, conforme nos aponta o autor deve considerar a intencionalidade da mesma, seja na representação de uma paisagem pela fotografia por exemplo, ou mesmo na construção de um determinado espaço com tal perfil paisagístico, o que significa que toda paisagem possui uma subjetividade e uma objetividade, seja de dar visibilidade ou invisibilidade aos elementos do espaço. Neste sentido, do ponto de vista da pesquisa sócio-espacial é elementar decodificar as relações entre a forma e o conteúdo, a aparência e essência.

Do mesmo modo, o conceito de "substrato espacial" nos apresenta uma unicidade entre primeira e segunda natureza, neste caso, as relações de produção do espaço são percebidas entre os confrontos do "espaço herdado" e o "espaço novo", esses confrontos são na verdade oriundo do uso do espaço pelos sujeitos do projeto hegemônico

e antagonicamente os não incluídos nesse projeto. Fala-se do uso do espaço, que neste caso não está diretamente e necessariamente relacionado a uma alteração de seus elementos construídos, mas poderia tratar-se apenas de uma refuncionalidade, que por sua vez, pode passar pela construção de novos objetos materiais ou não, como é o caso dos objetos simbólicos, e é neste ponto que o substrato ganha uma dimensão especial na compreensão da formação sócio-espacial, pois ele condiciona as relações sociais sendo que a cada redefinição tem-se os conflitos.

Surge disso, a necessidade de compreender esses conflitos pela luz do conceito de "território". Apontado pelo autor como um instrumento do poder, o território não cabe no conceito de substrato material, ele incide sobre esse, o território para o autor é um instrumento de exercício do poder, ele é definido e delimitado a partir das relações de poder. Entretanto, segundo o autor, o território não pode ser "coisificado", ou seja, confundido pelo substrato material espacial, em suas palavras território pode ser entendido como: "relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial" (SOUZA, 2013 p.96). Neste caso fica evidente a dimensão do poder e das relações de poder na análise quando se pretende uma pesquisa sócio-espacial, seja observando o território, assim como a desterritorialização.

Desse modo, se o poder é exercido por um sistema de símbolos e significados, o conceito de "Lugar" por sua vez, nos é apresentado pelo autor como aquele capaz de estar para dimensão cultural-simbólica como o Território está para dimensão política, mas isso não significaria que uma dimensão exclui a outra.

Portanto, todo projeto que se territorializa de modo hegemônico sobre um território, desterritorializa um outro projeto, assim como, se lugariza em seus símbolos e sentido e deslugariza outros sentidos do lugar. A desterritorialização se completa como nos mostra o autor pelos processos de deslugarização, que intervém no substrato material, que altera a paisagem para ampliar a capacidade de poder da nova territorialidade.

Assim, a partir da ideia de Região seria possível dimensionar a escala da análise de acordo com os objetivos, mas cabe ressaltar que o conceito de região tem empregabilidades variadas inclusive de cunho político e ideológico, todavia, é possível segundo o autor, uma apropriação desse conceito na busca de esclarecer o lugar. A região é uma parcela do espaço, um lugar, portanto possuem elementos em comum.

Os conceitos até então apresentados pelo autor trazem em comum a continuidade como elemento espacial central, contudo, esses conceitos, em especial o Lugar e o Território se deparam com o conceito de Rede, este de espacialidade descontínua. Para o autor, é possível observar uma febre sobre os estudos dos espaços em rede, principalmente com o crescimento da internet e dos ciberespaços no cotidiano das pessoas, todavia, um baixo refinamento do conceito levou a conclusões inconsistentes sobre o processo. A Rede, segundo o autor, só é possível pela existência de territorialidade concreta, ou seja, as relações face a face permanecem mesmo que deterioradas em alguns locais diante da globalização. A pesquisa sócio-espacial deve considerar a importância da Rede sobre o Território e vice-versa, uma vez que a rede se realiza sobre o substrato material e, por tanto, sob outras territorialidades para as quais sua territorialidade atravessa.

Ao adentrar no debate sobre as escalas, o autor aponta que é preciso compreender o papel ideológico exercido pelas escalas, e que não se tratam de fatos dados, mas que as escalas geográficas são produtos sociais, e ao mesmo tempo, construção intelectual do pesquisador, pois se trata de uma estratégia para a apreensão do objeto pesquisado, e é também, ao mesmo tempo, um fato em si, ou seja, a existência real de fenômenos que incidem sobre as mais diversas escala, simplificadamente Local, Regional, Nacional e Global. O autor nos indica uma linha de raciocínio importante, a de que independente de tratar-se de articulações heterômonias, as práticas sociais possuem níveis de influência escalares diferenciados, e que mesmo se tratando de um nível global, o local ainda permanece como o espaço por excelência para a reflexão de tais projetos.

A este respeito, o autor discorre sobre a importância de se compreender e conceituar os termos nativos, não num sentido romântico de analisar os saberes locais,

como se os mesmo em si também não carregassem estruturas de dominação, mas num sentido de compreender o cotidiano dos lugares e suas possibilidades, compreender termos nativos enquanto forma de compreender o lugar e as práticas desse lugar. Aqui o exemplo apresentado pelo autor sobre o termo "pedaço" utilizado por jovens de uma subcultura urbana, compreende o lugar, mas não apenas uma nova palavra para o lugar, quando a expressão "quem manda no pedaço aqui" é utilizada ela marca o pertencimento e a territorialidade desse grupo, nesse caso, compreender os termos nativos é compreender também a própria territorialidade e o cotidiano das pessoas nos lugares vividos.

Ao abordar sobre o conceito de "Prática Espacial" o autor resgata em Henri Lefebvre a desnaturalização do espaço, chamando a atenção para que o pesquisador não caia no erro de compreender o espaço apenas como receptáculo sem influência sobre as ações, para o autor nem toda as práticas sociais são práticas espaciais, mas todas as práticas espaciais são sociais. Assim, ressalta que embora algumas práticas sociais não sejam espaciais elas devem ser consideradas na pesquisa sócio-espacial por tratar-se de ações condicionadas pelo espaço, mas as práticas espaciais estão ligadas a elementos fortemente espaciais, como dispersão, segregação, domesticação entre outros, referentes à práticas heterônomas.

Por outro lado, o espaço se apresenta como possiblidades as práticas espaciais insurgentes, a medida de exemplificação pode-se pensar no bloqueio de uma via, entre outros. Aqui o que nos interessa destacar é que as possibilidades de outros projetos se realizarem pelas práticas espaciais, daí a importância desse conceito para compreender o que no último capítulo o autor pretende discorrer, sua principal contribuição quando pretende propor um debate entorno do conceito de Desenvolvimento sócio-espacial.

Para o autor não se trata de definir um determinado padrão de desenvolvimento sócio-espacial, tal como pensado em outros modelos (desenvolvimento Sustentável, social entre outros). Para o autor, apontar um modelo recairia em comparações que muitas vezes não correspondem à realidade, tais como uma análise da melhoria na qualidade de vida. O que se propões é algo subjetivo e que exigiria um ponto de referência, assim, o

autor propõe Desenvolvimento sócio-espacial como um processo de enfrentamento dos projetos heterômonios. Seria a busca pela autonomia em contradição a um conceito de desenvolvimento predeterminado. Esse processo, portanto, extrapola as escalas, mas é na escala do local que ocorre, e a escala global quase sempre impõem sobre os lugares os projetos heterômonios.

Desse modo, aponto que ao longo do livro os conceitos não aparecem soltos, de modo a construir um corpo teórico analítico para a pesquisa e, claro, as questões colocadas ao fim da leitura são: é possível, no contexto da especialização acadêmica pensar de modo expandido, seja nas escalas, nos conceitos, nos temas, nos problemas? Nos parece que sim.

Apontamos que a leitura do livro se coloca como fundamental para geógrafos e não geógrafos que buscam na dimensão espacial compreender os processos que incorrem sobre o mundo, dado que tais processos são complexos e atravessados por diferentes escalas. Neste sentido, destacamos que proposta teórico-metodológica apresentada por Marcelo Lopes de Souza para a pesquisa sócio-espacial contribui para revelar as contradições no interior desses processos.

Ademais, o livro direciona o leitor à pensar numa perspectiva de desenvolvimento enquanto processo e não fim, o que inevitavelmente resulta em desmistificar a ideia de desenvolvimento enquanto modelo único a ser seguido pelos lugares, mas ao contrário, desenvolvimento enquanto processo de busca pela autonomia dos lugares na busca pelo seu desenvolvimento.

Recebido em fevereiro de 2018.
Revisado em junho de 2020.
Aceito para publicação em setembro de 2020.